

### CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

# ESTADO DE SÃO PAULO www.franca.sp.leg.br

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Franca - SP



O Vereador que este subscreve, apresenta à consideração e deliberação do Augusto Plenário o presente Projeto de Lei, que tem por escopo combater a pobreza menstrual e garantir a dignidade de mulheres carentes.

JUSTIFICATIVA

A pobreza menstrual é um mal que afeta milhares de mulheres carentes, que não reúnem condições financeiras para arcarem com a aquisição de absorventes e atravessarem o período menstrual adequadamente, com segurança e dignidade.

É sabido que a situação é agravada entre as estudantes, em razão de não possuírem renda própria, e muitas vezes a família em que vivem encontra-se abaixo da linha da pobreza, e muitas são forçadas a não comparecerem à escola, por não estarem seguras no período menstrual pela falta do absorvente.

Dados do Unicef apontam que a pobreza menstrual é caracterizada pela falta de acesso a recursos e até de conhecimento por parte das mulheres que menstruam, cujo quadro se agrava por fatores como a desigualdade social, racial e de renda.

Desta feita, a presente propositura vislumbra mitigar esses efeitos e conferir dignidade a essas mulheres carentes, com a distribuição gratuita de absorventes pelo Poder Público, visto que a questão envolve saúde pública e a assistência social.

Pelo exposto, a presente propositura é constituída por matéria pacífica e de relevante interesse social, tendo como bandeira a saúde e proteção às mulheres, sobretudo àquelas vulneráveis pelas condições de desigualdade social e miserabilidade, ao que conclamo o apoio dos nobres pares à aprovação deste Projeto de Lei.



### CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

# ESTADO DE SÃO PAULO www.franca.sp.leg.br



PROJETO DE LEI n°

/2021

Estabelece diretrizes para a promoção da Dignidade Menstrual no Município de Franca, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA, Estado de São Paulo, nos termos da Lei Orgânica do Município,

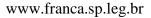
#### APROVA

- Art. 1º Ficam instituídas, no âmbito Municipal, as diretrizes das ações de Promoção da Dignidade Menstrual, que serão regidas nos termos desta Lei.
- Art. 2° As ações instituídas por esta Lei têm como objetivo a conscientização acerca da menstruação, assim como o acesso aos absorventes higiênicos femininos, como fator de redução da desigualdade social, e especialmente:
- I Combater a precariedade menstrual;
- II Promover a atenção integral à saúde da mulher e aos cuidados básicos decorrentes da menstruação;
- III Garantir a universalização do acesso às mulheres carentes aos absorventes higiênicos, durante o ciclo menstrual;
- IV Combater a desinformação sobre a menstruação, com a ampliação do diálogo sobre o tema nas políticas e nos serviços públicos, na comunidade e nas famílias;
- V Combater a desigualdade de gênero nas políticas públicas, no acesso à saúde, à educação e à assistência social;
- VI Reduzir as faltas em dias letivos, os prejuízos à aprendizagem e a evasão escolar de estudantes.
- Art. 3° As ações de Promoção da Dignidade Menstrual tratadas nesta
  Lei consistem nas seguintes diretrizes básicas:



### CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

#### ESTADO DE SÃO PAULO





- I Desenvolvimento de ações e articulação entre órgãos públicos, sociedade civil e a iniciativa privada, que visem ao desenvolvimento do pensamento livre de preconceito em torno da menstruação;
- II Incentivo à promoção de palestras e cursos nos quais a menstruação seja abordada como um processo natural do corpo feminino, com vistas à proteção da saúde da mulher;
- III Elaboração e distribuição de cartilhas e folhetos explicativos que abordem o tema da menstruação, objetivando ampliar o conhecimento e desmistificar a questão;
- IV Disponibilização e distribuição gratuita de absorventes, pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único. O disposto no inciso IV aplica-se às mulheres que menstruam em situação de vulnerabilidade, estudantes das escolas municipais e mulheres em situação de rua.

- Art. 4º Para efeitos desta Lei serão utilizados os indicadores sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE e dos dados da Secretária Municipal de Ação Social, para a definição das mulheres em situação de vulnerabilidade, estudantes das Escolas Municipais e mulheres que estão em situação de rua.
- Art. 5° A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo.
- Art. 6° As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.
- Art. 7° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Franca/SP, 15 de outubro de 2021.

Gilson Pelizaro